



CARTILHA EDUCATIVA: uma proposta para a construção de um espaço de diálogo no ensino integrado e sua relação com as teorias sociais da educação

Thaísia Martins Porto de Souza Mélo¹
André Suêlto Tavares de Lima²

RESUMO

O presente artigo discute a elaboração de uma cartilha educativa que aborde práticas de aproveitamento dos resíduos orgânicos como recurso pedagógico no propósito de sensibilizar os estudantes e demais segmentos da comunidade escolar para questões relacionadas às sustentabilidades ambiental, econômica e social, com objetivo de contribuir para uma formação integrada no contexto da Educação Profissional e Tecnológica. Para a construção dessa cartilha, serão utilizadas propostas metodológicas com base nas teorias sociais da educação, sobretudo, as pedagogias de conscientização, libertação e as ecossociais, uma vez que essas pedagogias partem da premissa de que a educação deve levar em conta os componentes da cultura cotidiana e fornecer aos alunos ferramentas para modificar essas situações. Com essa perspectiva, a presente investigação visa ampliar, nos estudantes do Instituto Federal de Alagoas – Campus Batalha, reflexões referentes à cultura do desperdício e ao sistema produtivo vigente. Nesse sentido, o estudo conclui que a educação, quando dialógica, problematizadora e enraizada na vivência do aluno, possibilita aos educandos o desenvolvimento do seu poder de captação e de compreensão do mundo que lhes aparece, em suas relações com ele, não mais como uma realidade estática, mas como uma realidade em transformação.

Palavras-chave: Cartilha educativa. Educação Profissional e Tecnológica. Sustentabilidade. Teorias sociais da educação.

1 INTRODUÇÃO

As teorias contemporâneas da educação ampliam as possibilidades de uma reflexão sobre a prática educativa à medida que descrevem a forma pela qual os teóricos de educação interpretam os problemas e propõem mudanças no campo educacional. Bertrand (2001) traz uma síntese das grandes correntes educativas, que vão da espiritualista à social. Os sujeitos, os

¹Nutricionista graduada pela Universidade Federal de Alagoas, 2007. Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica (Profept). Linha de pesquisa: Práticas Educativas em EPT. E-mail: thaisa_porto@yahoo.com.br.

² Doutor em Agronomia (Ciência do Solo) pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho UNESP, 2011). Professor do Instituto Federal de Alagoas (IFAL). Professor permanente do Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica (Profept). E-mail: andre.suelto.tavares@gmail.com



conteúdos, a sociedade e suas interações pedagógicas são os elementos polarizadores envolvidos nas reflexões desse campo.

As teorias sociais assentam-se no princípio de que o processo educativo teria como principal função preparar os alunos para a descoberta de soluções relacionada aos problemas sociais, culturais e ambientais. Os teóricos dessa corrente pedagógica defendem uma prática educativa a partir de uma análise crítica entre professores e alunos que, mediatizados pela realidade, atingem um nível de consciência dessa mesma realidade a fim de nela atuarem num sentido de transformação social (LIBÂNEO, 1992).

As pedagogias de conscientização e da libertação são tendências pedagógicas contra-hegemônicas que agrupam as teorias sociais com o objetivo de fomentar a educação enquanto prática democrática da liberdade fundamentada no diálogo, na crítica e na formação do julgamento. A tônica dessas pedagogias corrobora para uma educação que atenda à diversidade do aluno em processos autônomos de construção do conhecimento e para a sensibilização dos estudantes enquanto seu papel de agente social (BERTRAND, 2001).

Desse modo, uma educação dialógica e problematizadora exigem, desde logo, a superação da contradição entre educador e educando. Sem esta, não seria possível à educação problematizadora romper com os esquemas verticais característicos da educação bancária, como também não lhe seria possível fazê-lo fora do diálogo (FREIRE, 1987). Além disso, formar estudantes que sejam pensadores críticos e cidadãos ativos dá ao sujeito o poder de mudar a sociedade, possibilitando a superação do sistema capitalista e seus impactos no sistema produtivo.

Os autores Machado, Oliveira e Mendes (2016), baseados em Marx, afirmam que esses impactos decorrem principalmente da lógica do capital, que a partir do processo de industrialização provocou uma série de mudanças no sistema alimentar, caracterizado pela intensificação da produção agrícola e domínio de empresas multinacionais. Diante desse panorama, sistemas alimentares que incentivam a aquisição de gêneros alimentícios produzidos em âmbito local e, preferencialmente, pela agricultura familiar asseguram a incorporação de práticas sustentáveis. Essas práticas possibilitam o equilíbrio entre viabilidade econômica, responsabilidade social e sustentabilidade ambiental (BIANCHINI, 2017).

Ante o exposto, a presente investigação visa associar a importância de uma prática educativa baseada nas pedagogias freirianas e outros investigadores das teorias sociais da



educação em uma pesquisa de mestrado, ainda em desenvolvimento, que objetiva elaborar uma cartilha educativa como produto educacional.

Desse modo, a cartilha deve abordar formas de aproveitamento de resíduos orgânicos, produzir mudanças de hábitos alimentares, promover um debate crítico acerca da cultura do desperdício e suscitar reflexões em torno do sistema produtivo vigente e seus impactos nos contextos social, cultural e ambiental entre os alunos do ensino médio integrado do Instituto Federal de Alagoas – Campus Batalha.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

A prática escolar constitui-se na efetivação das condições que asseguram a realização do trabalho docente. Contudo, tais condições não se reduzem ao estritamente “pedagógico”, já que a escola cumpre funções que lhe são dadas pela sociedade concreta. Na sociedade capitalista, a escola tornou-se a instituição dominante no oferecimento de educação formal, tendo como tarefa central a reprodução da divisão social do trabalho e dos valores ideológicos dominantes. Portanto, o processo educativo tem, atrás de si, condicionantes sociopolíticos que caracterizam diversas concepções de homem e de sociedade e, conseqüentemente, diferentes hipóteses sobre o papel da escola, aprendizagem, relações professor-aluno e técnicas pedagógicas (LIBÂNEO, 1992).

Diante dessas constatações, diferentes tendências pedagógicas têm-se firmado nas escolas pela prática docente e que são categorizadas de acordo com os elementos polarizadores que envolvem o polo sujeito, sociedade, conteúdo e suas interações. Tais tendências não aparecem em sua forma pura e nem sempre são mutuamente exclusivas, porém sua descrição pode avaliar a prática do professor em sala de aula. As prescrições pedagógicas que norteiam a prática docente diferenciam desde pedagogias liberais tradicionais e tecnicistas à progressista libertadora e crítico-social (LIBÂNEO, 1992).

Qual a melhor teoria da educação? Para Bertrand (2001), a melhor teoria educativa, na conjuntura atual, é a que, no estudante, possibilite a apropriação de uma competência baseada na compreensão dos problemas sociais, culturais e ecológicos. O autor afirma que a formação que lhes permitam resolver tais problemas devem assentar-se em novas estratégias educativas mais apropriadas à resolução global das questões do planeta. Diante dessa afirmação, para a presente pesquisa as teorias sociais são as que mais correspondem aos objetivos propostos, sobretudo, as pedagogias de conscientização, libertação e as ecossociais, uma vez que essas



pedagogias partem da premissa de que a educação deve levar em conta os componentes da cultura cotidiana e fornecer aos alunos ferramentas para modificar essas situações.

As pedagogias de conscientização e libertação agrupam as teorias da educação, que têm como objetivo sensibilizar os estudantes para o seu papel de agentes sociais. Dentre os adeptos a essa pedagogia, estão Freire e Shor. Esses autores defendem uma educação enquanto prática democrática da liberdade baseada na pessoa e na mudança social (BERTRAND, 2001).

Freire (1987) propõe claramente uma educação libertadora que dá ao estudante o poder de mudar sua realidade, além de fundamentar-se na utilização de um método ativo, alicerçado numa prática de ensino dialógica e problematizadora. O autor entende que o diálogo é uma relação não hierárquica entre pessoas. Por sua vez, Shor (1992, apud BERTRAND, 2001) acrescenta que o diálogo é uma comunicação democrática que combate a dominação e afirma a liberdade dos participantes na elaboração de sua cultura.

A libertação autêntica, que é a humanização em processo, não é uma coisa que se deposita nos homens. É práxis que implica na ação e na reflexão dos homens sobre o mundo para transformá-lo. Nesse sentido, de acordo com Freire (1987), a educação problematizadora, de caráter autenticamente reflexivo, implica num constante ato de desvelamento da realidade.

As teorias ecossociais têm como um dos seus principais colaboradores o sociólogo Grand'Maison, que propõe uma educação enraizada no concreto e na vivência. É uma pedagogia social que está muito próximo do pensamento de Freire, à medida que escreve que a libertação da palavra, num indivíduo ou num grupo, pode ser estéril se não surtir sentido, solidariedade e atos que dominem a situação exprimida. Os autores que defendem essa teoria sugerem mudanças no sistema educativo a partir de uma visão global das relações entre as pessoas, a sociedade e o universo (BERTRAND, 2001).

Seguindo a linha dessas ideias, esta investigação parte da premissa de que a educação, quando dialógica, problematizadora e enraizada na vivência do aluno, possibilita aos educandos o desenvolvimento do seu poder de captação e de compreensão do mundo que lhes aparece, em suas relações com ele, não mais como uma realidade estática, mas como uma realidade em transformação. Sendo assim, a elaboração de uma cartilha educativa baseada nas pedagogias que defendem um ensino libertador deve contribuir para reflexões sobre o sistema capitalista e sua relação com o sistema produtivo vigente, ao passo que pretende promover práticas autônomas de hábitos alimentares sustentáveis.



2.1 CARTILHA EDUCATIVA: um recurso didático baseado nas teorias sociais da educação

O presente artigo é parte integrante de uma pesquisa de mestrado, em desenvolvimento, que trata de discussões sobre a elaboração de um recurso didático em forma de cartilha. Para a construção dessa cartilha, serão utilizadas propostas metodológicas no formato de oficinas que possibilitem reflexões referentes à cultura do desperdício e ao sistema produtivo vigente. A oficina é uma possibilidade metodológica que abre possibilidades para a construção de um espaço de diálogo que permitem aos sujeitos expressarem suas opiniões e seus conceitos prévios sobre o tema investigado.

Para Freire (1987), uma educação libertadora deve ser fundamentada no diálogo permanente entre o professor e o aluno, e aquele não pode transferir a este o conhecimento a partir de uma posição dominante. Segundo o referido autor, a educação libertadora é incompatível com uma pedagogia que seria uma prática da dominação.

Como direcionar uma pesquisa científica que almeja uma escuta autêntica e espontânea dos sujeitos sem estabelecer uma formalidade comprometendo a reflexão conjunta sobre suas falas? Como garantir o rigor científico à investigação sem perder de vista a própria vivência do que se dispõe desvelar? Para Melo (2014, p.2), a adoção de uma pesquisa qualitativa possibilita “[...] ao investigador verificar como as pessoas avaliam uma experiência, ideia ou evento; como definem um problema e quais opiniões, sentimentos e significados encontram-se associados a determinados fenômenos”.

A pesquisa em curso se caracteriza como uma abordagem qualitativa do tipo pesquisa-ação que prevê aplicação de métodos ativos e a participação planejada do pesquisador na situação investigada, com o aprofundamento da compreensão de um grupo social no sentido de transformar as realidades observadas. Tal pesquisa coaduna-se com as correntes pedagógicas das teorias sociais que apresentam como um dos principais objetivos uma pedagogia situada no concreto, no enraizamento da realidade fundamentalmente unida a uma prática social. Dessa forma, esta investigação vislumbra uma apropriação pelos estudantes de uma competência baseada na compreensão dos problemas sociais, culturais e ecológicos e no intuito destes produzirem mudanças de hábitos e gerar reflexões acerca das questões relacionadas à sustentabilidade ambiental, social e econômica (BERTRAND, 2001).

Machado, Oliveira e Mendes (2016) discutem a dominação da alimentação pela lógica privada do capital transformando o alimento em mercadoria. A relação de consumo e do sistema produtivo é fundamental para a compreensão do comportamento e das ações dos



indivíduos na sociedade moderna. Morin (2013, apud RIBEIRO; JAIME; VENTURA, 2017) destaca que o modelo hegemônico do sistema produtivo provém dos efeitos da globalização. Tais consequências devem-se à expansão descontrolada da economia capitalista, com a extensão da agricultura especializada e todas as suas inferências. Charlot (2014, p. 23) enfatiza que “não é a abertura das fronteiras que é um problema; torna-se um problema porque acontece na lógica do dinheiro e dos países mais fortes. O problema não é a globalização, é o neoliberalismo”.

Na área da educação, o neoliberalismo apresenta-se por vários fenômenos, dentre eles, o ingresso de grandes multinacionais nas escolas que impõem hábitos alimentares pouco saudáveis pela oferta de alimentos com alta densidade energética e baixo valor nutricional. Esse cenário cria obstáculos para a consolidação de práticas alimentares saudáveis, autônomas e sustentáveis. No entanto, no Brasil, políticas públicas voltadas para a garantia do direito humano à alimentação adequada valorizam uma alimentação saudável e sustentável como estratégia para enfrentar os problemas referentes ao consumo e à produção de alimentos (CHARLOT, 2014; GUERRA; CERVATO-MANCUSO; BEZERRA, 2019).

Dentre essas políticas, destaca-se o Programa Nacional de Alimentação Escolar (Pnae). O referido programa apoia o desenvolvimento sustentável pela aquisição de gêneros alimentícios diversificados, em especial os produzidos em âmbito local e, preferencialmente, pela agricultura familiar. Essa atenção ao manejo do alimento assegura, nas escolas, a incorporação de alimentos saudáveis e sustentáveis (BRASIL, 2009).

Nesse sentido, Maluf et al. (2015, apud RIBEIRO; JAIME; VENTURA, 2017) apresentam a importância socioeconômica e ambiental da agricultura familiar e seu potencial para contribuir na promoção da alimentação saudável e, com ela, a garantia de segurança alimentar e nutricional, que derivará de sistemas alimentares mais justos socialmente e ambientalmente sustentáveis.

A compra de alimentos da agricultura familiar alinha-se com a hipótese que permeia esta pesquisa, que é a da compra direta dos gêneros alimentícios do agricultor familiar, fomentando o desenvolvimento sustentável, uma das regras basilares do Pnae. E, além disso, o controle do desperdício utilizando métodos de aproveitamento de resíduos orgânicos produzidos no refeitório do Ifal-Campus Batalha é uma das ações que possibilitam a construção de hábitos de consumo conscientes, compatíveis com uma sociedade sustentável e para reflexões acerca da crise do sistema alimentar e a crise do sistema capitalista entre os alunos do ensino médio integrado.



No entanto, a agricultura familiar ainda é marginalizada no contexto das políticas públicas, as quais são direcionadas ao modelo agrícola dominante. Na maioria das regiões do país, os agricultores apresentam dificuldades para a reprodução social e econômica de suas atividades. Grisa, Gazolla e Schneider (2010) endossam essa premissa à medida que esboça que muitas ações direcionadas ao fortalecimento da agricultura familiar estimulam o padrão hegemônico de desenvolvimento agrícola, contribuindo para o aprofundamento da mercantilização social e econômica, resultando na sua fragilidade social e na vulnerabilidade da produção de alimentos.

Freire (1987) apresenta e discute a teoria da ação antidialógica e suas características, como, por exemplo, dividir para manter a opressão. Para o autor, essa é outra dimensão fundamental da teoria da ação opressora, que, “na medida em que as minorias, submetendo as majorias ao seu domínio, as oprimem, dividi-las e mantê-las divididas são condição indispensável à continuidade de seu poder” (FREIRE, 1987, p.79).

Para esse autor (1987), os homens, quando “assistencializados” pela classe opressora, admiram um falso mundo. Alienados, mantêm-se passivos em face dele. Na ação da conquista, não se apresenta um mundo como um problema e sim como algo dado e estático. Há necessidade de dividir para manter o estado opressor em todas as ações da classe trabalhadora. Porém, toda essa assistencialização manipuladora ainda tem uma positividade. É que os grupos assistidos vão sempre querendo mais e os não assistidos passam a inquietar-se para serem assistidos também. Diante dessa dialética, a conscientização da classe oprimida põe em discussão a manutenção do *status quo* e gera um atuar e um pensar certos na e sobre a realidade pra transformá-la (FREIRE, 1987).

Por fim, essas contradições são frutos de um país imerso no capitalismo neoliberal. No entanto, é preciso atuar em meio a essa dialética e produzir movimentos que contribuam para a superação do sistema capitalista. Para tanto, faz-se necessária uma educação baseada nas pedagogias contra-hegemônicas que busque transformar a sociedade na direção de uma nova forma que supere a divisão em classe e permita o desenvolvimento pleno da humanidade. Nesse sentido, uma educação que tenha o trabalho como princípio educativo e rompa com a dicotomia entre o trabalho manual e o trabalho intelectual torna-se uma possibilidade de caminho a ser trilhado na direção pretendida.

3 CONCLUSÃO



Esta investigação correlacionou a importância das teorias sociais na produção de uma cartilha educativa que aborde formas de aproveitamento de resíduos orgânicos, mudanças de hábitos alimentares e reflexões sobre o sistema produtivo vigente a ser construída com os estudantes do ensino médio integrado do Instituto Federal de Alagoas – Campus Batalha.

Ao longo do texto, foi discutida a importância de pedagogias para a construção da cartilha educativa, que apresentam propostas metodológicas baseadas em uma relação permanente de diálogo entre o educador e o aluno.

Tais pedagogias fomentam uma educação enquanto prática democrática da liberdade, que está fundamentalmente unida a uma prática social e tem como objetivo libertar as pessoas do domínio das classes dominantes e devolver-lhes o controle da sua vida. No entanto, é preciso entender que a dualidade estrutural no contexto da educação é consequência da sociedade cindida em que se vive. Nesse sentido, parte-se do pressuposto de que uma formação humana integrada se faz necessária como uma travessia para o alcance da politecnicidade em seu sentido pleno, visando o desenvolvimento omnilateral do homem.

REFERÊNCIAS

BERTRAND, Yves. **Teorias contemporâneas da educação**. 2. ed. Lisboa: Instituto Piaget, 2001.

BIANCHINI, Vitória. **Crítérios de sustentabilidade para o planejamento de cardápios escolares no âmbito do Programa Nacional de Alimentação Escolar**. 2017. 189 f. Dissertação (Mestrado em Nutrição)– Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2017.

BRASIL. Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009. Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar e do Programa Dinheiro Direto na Escola aos alunos da educação básica e dá outras providências. **Diário Oficial da União**: Brasília, DF, 2009.

CHARLOT, Bernard. **Da relação com o saber às práticas educativas**. São Paulo: Cortez, 2013.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 17. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

GRISA, Catia; GAZOLLA, Marcio; SCHNEIDER, Sergio. **Agroalim**, Merida, v. 16, n. 31, p. 65-79, Jul. 2010. <<http://www.scielo.br>>. Acesso em 15 maio 2020.

GUERRA, Lúcia Dias da Silva; CERVATO-MANCUSO, Ana Maria; BEZERRA, Aída Couto Dinucci. Alimentação: um direito humano em disputa - focos temáticos para compreensão e atuação em segurança alimentar e nutricional. **Ciênc. saúde coletiva**, Rio de Janeiro, v. 24, n. 9, p. 3369-3394, Sept. 2019. Disponível em: <<http://www.scielo.br>>. Acesso em 14 maio 2020.



LIBÂNEO, José Carlos. Tendências pedagógicas na prática escolar. In: _____.
Democratização da Escola Pública – a pedagogia crítico-social dos conteúdos. São Paulo:
Loyola, 1992. Cap. 1. Disponível em:
<<http://www.ebah.com.br/content/ABAAAhikAH/libaneo>>. Acesso em 24 maio 2020.

MACHADO, Priscila Pereira; OLIVEIRA, Nádia Rosana Fernandes de; MENDES, Áquilas
Nogueira. O indigesto sistema do alimento mercadoria. **Saúde Soc.**, São Paulo, v. 25, n. 2, p.
505-515, June 2016. Disponível em: <<http://www.scielo.br>>. Acesso em 1 jun 2020.

MELO, Marcia Cristina Henares de; CRUZ, Gilmar de Carvalho. Roda de Conversa: uma
proposta metodológica para a construção de um espaço de diálogo no ensino médio. **Imagens
da Educação**, v. 4, n. 2, p. 31-39, 2014. Disponível em:
<<http://dx.doi.org/10.4025/imagenseduc.v4i2.22222>>. Acesso em 28 maio 2020.

RIBEIRO, Helena; JAIME, Patrícia Constante; VENTURA, Deisy. Alimentação e
sustentabilidade. **Estud. av.**, São Paulo, v. 31, n. 89, p. 185-198, Apr. 2017. Disponível
em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142017000100185&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 28 maio 2020.